



T-LIGA

Boletim informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS - nº 361 - março de 2014

DILMA NÃO RESPONDE ÀS REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES **É HORA DO CONTRA-ATAQUE**



**8 DE MARÇO:
LUGAR DE MULHER
É NA LUTA**

PÁGINA 10

**EM 15 DE MARÇO
ASSEMBLEIA
DEBATE MOBILIZAÇÃO**

PÁGINAS 6 E 7

EDITORIAL

Cruzar os braços e retomar a dignidade

Em 28/2, último dia antes do Carnaval, encerrou-se o prazo para resposta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Mpog) à pauta de reivindicações dos servidores públicos federais. Mesmo após o feriado, seguimos sem uma resposta do governo Dilma às nossas demandas. O descumprimento do prazo, solicitado pelo próprio ministério, infelizmente já não surpreende.

A total ausência de diálogo com os servidores é a marca desse governo, que prefere retirar direitos, restringir a greve, destruir a previdência pública e aprofundar o desmanche das estruturas de atendimento ao povo. Sobra dinheiro para remunerar os banqueiros e atender às exigências da Fifa: praticamente metade de todo o orçamento anual da União é utilizado para

essa finalidade. Recursos que podem ser investidos na saúde, na educação, na segurança, na previdência pública e em um Ju-

Sem negociação, precisamos ir à luta.

diciário Federal valorizado e de qualidade para a população.

Dilma – e, antes dela, Lula e FHC – tem governado de costas para os trabalhadores, em particular os do serviço público. Assim como seus aliados – Tarso e Fortunati em Porto Alegre, Cabral e Paes no Rio –, Dilma opta pela tática da repressão em detrimento ao diálogo com o clamor popular. Agora, não apenas ameaça o direito de greve com os já conhecidos projetos em tramitação no Congresso, mas também

busca coibir protestos de rua, com penas mais rígidas para manifestantes que as atualmente aplicadas a casos de corrupção, em um novo projeto a ser encaminhado ao Legislativo. Ignorar o apelo do povo, reprimir e governar para poucos, ao que parece, é mais conveniente que governar com o povo e atender aos seus anseios com a devida democracia.

Nossa tarefa é clara: sem negociação, precisamos ir à luta. É hora de construir uma mobilização que gere resultados efetivos: cruzar os braços, vencer e voltar ao trabalho, com uma nova realidade salarial e a dignidade renovada, é a nossa meta. No entanto, todos precisam se engajar nessa ideia. Com a força de toda a categoria, em unidade com os demais federais, podemos vencer.

ARTIGO

André Milan, servidor do TRE e diretor do Sintrajufe/RS

Satisfação ou “complexo de avestruz”?



Há algum tempo me pergunto por que é tão difícil, à maioria das pessoas, lidar com a sua porção política. Porque a dificuldade em perceber que o processo, a ferramenta na relação com outro ser humano, é um exercício político. A lida diária com a vida é uma ação política, feita da necessidade em estabelecer o modo pelo qual aceitaremos ou não a participação

do outro na nossa vida. É a escolha do parceiro, a seleção do amigo, é optar por Zaffari e não Big; é a escolha ante as muitas possibilidades oferecidas. No entanto, basta um “p” maiúsculo nessa ferramenta para que pessoas criem na cabeça um vácuo.

Nessa dimensão, das macrorrelações sociais, há um apagar intelectual, é como se pensar e agir na Política fosse algo para além da capacidade de cada um.

Diante desse temor, a maioria abdica de si própria, transfere a outro, que deve supor mais capaz para a tarefa, a responsabilidade pela realização das suas expectativas.

Assim, elege políticos, líderes sindicais, etc. O problema é que esses, invariavelmente, se olharmos para a “nata” política brasileira,

deixarão de atender a suas expectativas. É impressionante, porque destrutivo para a sociedade, que este desistente político ainda hoje pense que essa representação, por si só, realizará suas expectativas.

Político ou dirigente sindical só faz acontecer se tem ao lado quem o escolheu, pois dele é apenas voz. O mudar precisa de cada um no agir Político; deixar de ver isso é bancar o avestruz, enterrando a cabeça para não enxergar a realidade. De que serve representar uma categoria se esta se sabota ao deixar de participar dos atos que representam sua insatisfação? Ou estamos satisfeitos? Essa inação, na realidade, cala a representação, desconstrói a minha escolha. Uma pena! Minha gente, este é o momento de a JE atuar como em 2003, fazendo a própria história, tomando a dianteira do movimento!



Os artigos assinados nesta coluna são da responsabilidade dos seus autores e não refletem, necessariamente, o ponto de vista da direção do Sintrajufe/RS.

BOLETIM QUINZENAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO RS · FILIADO À CUT E À FENAJUFE

COORDENADOR DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO: Ruy Almeida - EDIÇÃO, REDAÇÃO e DIAGRAMAÇÃO: Rosane Vargas

PROJETO GRÁFICO, ILUSTRAÇÃO e TRATAMENTO DE IMAGENS: Leandro Dóro - APOIO: Daniel Borges

IMPRESSÃO: Algo Mais Gráfica e Editora - Tiragem: 5.000 exemplares - Sintrajufe RS: Rua Marcílio Dias, 660 - Menino Deus - Porto Alegre/RS
CEP 90130-000 Fone/Fax: 51 3235-1977 E-mail: imprensa@sintrajufe.org.br · site: www.sintrajufe.org.br · www.facebook/sintrajufers

Estudo mostra que aumento de 14% no orçamento permitiria o pagamento

Reenquadramento segue pendente na JF

A Justiça Federal é o único ramo do Judiciário que ainda não pagou os valores retroativos do reenquadramento. No entanto, haveria condições para pagar, por conta do aumento na previsão orçamentária para despesas com pessoal. A afirmação é do economista Washington Luiz Moura Lima, amparado em estudo comparativo elaborado para o Sintrajud/SP.

Houve um aumento de 14,69% no orçamento de 2014 em relação a 2013 no referente a despesas com pessoal, o que equivale a R\$ 877,1 milhões adicionais. O montante da dívida com os servidores foi avaliado, de acordo com o próprio Conselho da Justiça Federal, em cerca de R\$ 100 milhões.



Cobrança ao STJ

Em audiência no STJ, dia 20/2, dirigentes da Fenajupe questionaram por que os 14,69% e o saldo de R\$ 414 milhões no orçamento de 2013 não foram utilizados para saldar o pagamento.

A secretária-geral do CJF, Eva Maria Bastos, reconheceu

o saldo de 2013, mas alegou que esse dinheiro é referente a sobras orçamentárias dos tribunais regionais e da primeira instância e que o conselho não costuma redirecioná-las. O valor teria sido liquidado, disse, para dar mais tempo para que os tribunais pudessem utilizá-lo.

Sobre o aumento no orçamento, Eva limitou-se a dizer que não há recursos disponíveis. “Não convenceu”, disse o coordenador-geral da Fenajupe Adilson Rodrigues.

Segundo Eva, a negociação com a área técnica do Ministério do Planejamento busca resolver a questão até a primeira quinzena de março. Ela não assegurou, porém, que isso vá acontecer. Nesse caso, disse, o ministro Felix Fischer tentaria uma solução na área política. O prazo para isso, segundo a secretária, é meados de março. “É inadmissível que a JF seja o único ramo do Judiciário a não saldar a dívida com servidores que estão com os salários congelados”, criticou Adilson na ocasião.

Projeto de reenquadramento dos auxiliares aguarda parecer jurídico

Em contato telefônico com o Conselho da Justiça Federal, no dia 25/2, o diretor do Sintrajufe/RS Cristiano Moreira foi informado de que o projeto sobre o reenquadramento dos colegas auxiliares operacionais da JF ainda está sendo instruído, aguardando parecer conclusivo da assessoria jurídica do conselho. A informação foi repassada pela secretária-geral do CJF, Eva Maria Ferreira Barros.

Segundo Eva, o CJF busca possibilitar a designação de relator o mais brevemente possível e a previsão é de

que ocorra ainda no mês de março.

Em dezembro, a Secretaria de Recursos Humanos do CJF deu parecer favorável ao processo administrativo do reenquadramento. O sindicato já fez reuniões com os colegas e vem pressionando para que esse pleito seja atendido.

Em outubro, o diretor Cristiano Moreira esteve em Brasília, onde protocolou, no CJF, requerimento referente ao reenquadramento. Em reunião com o presidente do TRF, Tadaaqui Hirose, em novembro, o sindicato

Willians Barros / Arquivo Sintrajufe/RS



Sintrajufe/RS fez reunião com auxiliares para tratar do assunto

obteve o compromisso de apoio ao reenquadramento. Na ocasião, a direção do Sintrajufe/RS ressaltou que não se justifica a demora no

reenquadramento, pois os colegas auxiliares desempenham as mesmas tarefas que os técnicos, mas com salários menores.

DEMANDAS

Sintrajufe/RS faz solicitação ao TRE, mas colegas dizem que ainda falta segurança

Mais policiamento nas imediações do Anexo da JE

Em fevereiro, o TRE informou ao Sintrajufe/RS que o 1º Batalhão da Polícia Militar reforçaria o policiamento nas imediações do prédio Anexo da Justiça Eleitoral. Esse reforço atenderia a requerimento do sindicato, encaminhado ao tribunal em 19/12/13.

No ofício, o Sintrajufe/RS lembrava que, em reunião com a presidente do tribunal, desembargadora Elaine Harzheim Macedo, em agosto de 2013, haviam sido relatados problemas com falta de segurança nas proximidades do

Anexo, como assaltos e outras ocorrências. O sindicato solicitou, no ofício, que o tribunal requeresse à Secretaria da Segurança Pública do estado o aumento do efetivo policial, inclusive com um posto de policiamento nas imediações.

O pedido foi novamente reforçado na reunião com a presidente do TRE ocorrida no dia 29/1, resultando no encaminhamento da demanda pelo tribunal à Brigada Militar.

Insegurança

Apesar da informação de

reforço no policiamento, colegas do Anexo relataram ao sindicato que não perceberam mudanças. Eles não viram um aumento no policiamento e não sentiram uma redução no

Daniel Borges / Especial



Assaltos e outras ocorrências preocupam servidores do Anexo

número de ocorrências.

O sindicato entrará em contato com a administração, a fim de cobrar e acompanhar a efetiva implementação do reforço de policiamento.

Sintrajufe entrega ao TRF proposta de redução da distância para cumprimento de mandados

No dia 20/2, o Sintrajufe/RS entregou proposta de alteração do artigo 238 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional, editada em março de 2013. O artigo aumentou a distância a ser percorrida pelos oficiais de justiça para 80 quilômetros, sem direito a diária.

A proposta entregue pelo Sintrajufe/RS se norteou no trabalho indicado pelo Núcleo, consistindo em buscar parâmetros na Justiça Federal de outras regiões. No documento, é defendido um perímetro de

atuação de até 40 quilômetros, além do pagamento de diárias, quando for excedido esse raio de atuação, e a utilização de carro oficial quando não houver transporte público regular.

O sindicato busca, ain-

Rosane Vargas / Arquivo Sintrajufe/RS



Primeira reunião com Corregedoria para discutir a questão ocorreu em setembro

da, impedir o deslocamento obrigatório superior aos 40 quilômetros nos municípios cobertos pelas Unidades Avançadas de Atendimento (UAA), salvo se houver designação de oficial para atender especificamente esse fim.

É solicitado, também, que os mandados de cunho executivo fiquem fora dos obrigatórios, independentemente da natureza do feito processual.

Audiência

No dia 21/3, está agendada uma audiência conciliatória, na Corregedoria, com a presença dos diretores das seções judiciárias de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, para tratar do assunto. O Sintrajufe/RS será representado pelo diretor Paulo Gustavo Barroso Júnior (PG).

Sindicato entregou pauta de reivindicações dos servidores às administrações

Sintrajufe/RS reúne-se com presidências dos tribunais

TRT

A primeira reunião do Sintrajufe/RS com a nova presidente do TRT, desembargadora Cleusa Regina Halfen, ocorreu no dia 28/1. Os diretores Cristiano Moreira, Fagner Azeredo e Ruy Almeida entregaram uma cópia do ofício protocolizado pela Fenajufe junto ao STF em julho de 2013, contendo a pauta emergencial de reivindicações dos servidores. Os

diretores informaram que, neste ano, os servidores do Judiciário Federal participarão da campanha salarial unificada dos servidores públicos federais, iniciada dia 22/1. Eles solicitaram o apoio do TRT às reivindicações, salientando a importância da atuação dos regionais junto aos conselhos superiores e ao CNJ.

Os dirigentes falaram, ainda, sobre a grave situação do Foro de Novo Hamburgo, que apresenta vários pro-



blemas estruturais, com salas interditadas em período de chuva.

A desembargadora reconheceu a legitimidade das demandas, destacando que

a greve “é uma arma importantíssima do trabalhador”. Ela afirmou que, “se estamos convencidos de que o pleito é justo, podem contar com nossa colaboração”.

TRE

Os diretores do Sintrajufe/RS Cristiano Moreira, Fagner Azeredo e Paulo Gustavo Barroso (PG) reuniram-se, em 29/1, com a presidente do TRE, desembargadora Elaine Harzheim Macedo, além de assessores da administração. Os dirigentes entregaram a ela uma cópia da pauta emergencial de reivindicações dos servidores do Judiciário Federal e solicitaram o apoio do TRE.

A desembargadora foi informada da possibilidade de greve da categoria, caso as negociações com o governo não prosperem. Os dirigentes criticaram a postura autoritária



da antiga administração do TRE em greves anteriores e solicitaram que o tribunal mantenha o diálogo em eventual negociação, respeitando o direito de greve. A presi-

dente manifestou-se favoravelmente ao direito de greve e afirmou que sua administração estará sempre aberta à negociação e ao diálogo. Salientou, no entanto, que tudo deve ser resolvido no momento oportuno.

Na reunião, foram tratados outros assuntos, como o recadastramento biométrico em Triunfo e a regulamentação da jornada de seis horas, uma reivindicação que virou realidade em nove TRES.

TRF

No dia 6/2, os diretores do Sintrajufe/RS Adriane Becker, Cristiano Moreira, Paulinho Oliveira e Paulo

Gustavo Barroso (PG) foram recebidos pelo presidente do TRF, desembargador Federal Tadaaqui Hirose, e outros membros da administração. A reunião contou ainda com

o coordenador-geral do Sindicato dos Servidores da Justiça Federal do Paraná, Paulo Cezar Silva dos Santos.

Os dirigentes questionaram sobre o pagamento dos atrasados do reenquadramento. A administração disse que a folha já está pronta, mas depende da liberação de recursos orçamentários do CJF (leia mais na pág. 3). Os diretores manifestaram indignação sobre eventual

priorização, no final de 2013, ao pagamento de verbas indenizatórias à magistratura em detrimento dos servidores.

Os sindicalistas entregaram ao presidente uma cópia da pauta emergencial de reivindicações dos servidores.

Outros assuntos foram a criação de varas federais, as remoções, o programa de prevenção de doenças e os planos de saúde, além de melhorias nos arredores da 1ª Instância da Justiça Federal e do TRF.



MOBILIZAÇÃO

Pauta unificada dos SPFs foi entregue em fevereiro no Ministério do Planejamento, em

Dilma ignora servidores: nossa resposta será a derrota da política de arrocho

Nas propagandas oficiais, o Brasil é país do crescimento, do fim da pobreza e da Copa do Mundo. No entanto, a realidade é que a Copa está custando bilhões aos cofres públicos, milhares de famílias pobres estão sendo removidas à força para dar lugar a obras questionáveis em estádios, a inflação é uma ameaça constante, os juros são os mais altos do mundo, os salários dos servidores a cada ano acumulam mais perdas, a maior parte do que é arrecadado é destinado a pagamento dos serviços da dívida pública. Ou seja, quem está bem, mesmo, são os empreiteiros e os banqueiros.

Joana Darc de Mello / Fenajufe



Reunião ampliada da Fenajufe aprovou, por unanimidade, campanha salarial 2014 e calendário

Dia 15 de março, a categoria debate a mobilização em assembleia geral.

Em janeiro, os servidores entregaram a pauta de reivindicações unificada ao governo, que se comprometeu a responder às demandas antes do Carnaval. A festa de Momo passou, e nada de resposta. É claro que não ficaremos parados esperando. Temos um calendário de mobilização, e várias categorias já aprovaram greve para março e abril.

Fevereiro foi um mês atípico. Os servidores fizeram lançamento nacional da campanha salarial, em Brasília, com ato em frente ao Ministério do Planejamento. Várias categorias mantiveram-se mobilizadas, com reuniões, plenárias e assembleias, para definir encaminhamentos.

A Fenajufe, em reunião ampliada dia 8/2, aprovou o calendário de luta, a pauta unificada, a pauta específica da categoria, já protocolizada no STF, e indicativo de greve para a primeira semana de abril. Esse indicativo foi debatido na Semana Nacio-

nal de Mobilização, de 24 a 28/2, em todo o país. No RS, foram realizadas assembleias de base para a categoria discutir as pautas e o calendário (veja ao lado).

No dia 15, às 14h, o Judiciário Federal tem assembleia geral para definir os rumos da luta. Temos

duas opções: ou aceitamos Dilma, que sequer responde ou enfrentamos a política de arrocho em unidade com as demais categorias. Não há meio-termo. A pauta da categoria sempre foi escrita

PAUTAS:

Pauta unificada dos SPFs

- implementação de política salarial permanente, com a definição da data-base dos federais em 1º de maio;
- reposição inflacionária;
- antecipação para este ano da parcela de 2015 do acordo firmado em 2012;
- negociação coletiva no serviço público;
- valorização do salário-base
- incorporação das gratificações
- cumprimento, por parte do governo, dos acordos e protocolos de intenções firmados
- contra qualquer reforma e projeto que retire direitos dos trabalhadores, como, por exemplo, a proposta que busca acabar com o direito de greve, cuja votação os trabalhadores impediram em 2013;
- paridade entre ativos e aposentados;
- reajuste dos benefícios.

Na rua

O Fórum Gaúcho dos SPFs fará, de 17 a 19/03, reuniões nos locais de trabalho das categorias de servidores. A presença de dirigentes dos outros sindicatos é essencial para a ideia da unidade.

O panfleto buscará o envolvimento dos servidores em todas as causas do movimento para a população conhecer a contradição entre ausência de investimentos essenciais e os 42% do orçamento de 2014 destinados ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

Calendário

- 15/03 – Assembleia geral, 14h, cultural Alê Junqueira do S
- 19/03 – Dia Nacional de Mobilização, 14h
- Segunda quinzena de abril – Indicativo de greve no Judiciário Federal

n Brasília

postea cho!



rio 2014

o descaso do governo deu à pauta unificada, de arrocho do governo, as categorias do funcionamento, e a história de nossa com as cores da luta!

a 21/3, panfletagens servidores federais, com atos, para fortalecer a

servidores e explicará. Também deverá sacramentos em serviços 14 garantidos para o da.

O

no Salão Multi-
intrajufe/RS

, com ato em Brasília

o de início da greve

Assembleias de base decidem pela mobilização

De 24 a 28/2, na Semana Nacional de Mobilização, o Sintrajufe/RS realizou uma rodada estadual de assembleias de base. Veja os resultados que haviam chegado ao sindicato até o fechamento desta edição.

Justiça do Trabalho

✦ **Canoas** – paralisação no dia 19/3 e indicativo de greve para primeira quinzena de abril.

✦ **Pelotas** – paralisação no dia 19/3 e indicativo de greve para a primeira quinzena de abril.

✦ **Porto Alegre** – paralisação de 24 horas no dia 19/3 e indicativo de greve para primeira quinzena de abril. Formada Comissão de Mobilização.

✦ **Taquara** – paralisação em 19/3, somando-se às atividades em Porto Alegre e Brasília. Posteriormente, será avaliado o indicativo de greve para a primeira quinzena de abril.

✦ **Santa Maria** – por unanimidade, aprovou paralisação no dia 19/3. Nova assembleia será realizada no mesmo dia para discutir o indicativo de greve.

✦ **Sapucaia** – por maioria, decidiu aguardar o início da mobilização para então reavaliar como irão atuar na luta.

✦ **Triunfo** – aprovou o calendário de lutas e as pautas unificada dos SPFs e específica do Judiciário Federal e do MPU.

✦ **Vacaria** – por maioria, decidiu paralisar no dia 19/3, com 33% do quadro, e aguardará o movimento geral no que diz respeito à greve.

Justiça Federal



JT de Porto Alegre aprovou 24 horas de paralisação

✦ **Canoas** – paralisação de 2 horas no dia 19/3, participando de eventual ato público em Porto Alegre. Reavaliará o indicativo de greve, de acordo com o crescimento da luta.

✦ **Erechim** – ato-protesto no dia 19/3, quando os colegas vestirão preto e realizarão nova assembleia.

✦ **Livramento** – não participará da paralisação e do indicativo de greve, mas utilizará camisetas e faixas nas datas da mobilização.

Fotos Rosane Vargas



JF PoA: paralisação de duas horas e indicativo de greve

✦ **Novo Hamburgo** – fará assembleia de base no dia 11/3.

✦ **Passo Fundo** – formará comissão para passagem nos setores no dia 19/3.

✦ **Pelotas** – aguardará a decisão da assembleia geral para, então, realizar assembleia de base.



Colegas do Anexo da JE aprovaram indicativo de greve

✦ **Porto Alegre** – por unanimidade, aprovou paralisação de 2 horas no dia 19/3, com proposta de ato na JE, e indicativo de greve na primeira quinzena de abril. Formada Comissão de Mobilização.

✦ **Santa Maria** – reavaliará a situação dia 19/3, em nova assembleia de base.

Justiça Eleitoral

✦ **Anexo do TRE** – paralisação de 2 horas no dia 19/3 e indicativo de greve para a primeira quinzena de abril. Formada Comissão de Mobilização.

✦ **TRE Duque** – assembleia de base foi adiada para o dia 11/3, às 17h.

Divulgação



JF de Canoas fará paralisação de duas horas

DEMANDAS

Questões do setor são pauta de reuniões em Brasília

Sintrajufe trata de demandas dos agentes de segurança

No dia 6/2, o diretor do Sintrajufe/RS Clairton Serafini participou de reunião no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com o coordenador da Fenajufe Edmilton Gomes e o presidente do Sindiquinze, José Aristéia. Os dirigentes questionaram os motivos da não publicação da resolução conjunta (CNJ-CNMP) que regulamenta o inciso XI, art. 6º da lei 10.826/03, que trata do porte de armas por agentes de segurança. Uma divergência no texto aprovado pelo CNJ e aquele aprovado pelo CNMP está impedindo que a resolução seja publicada.

O corregedor-geral do CNMP, procurador Alessandro Tramuja Assad, estimou que em até 30 dias o conselho resolveria a questão, publicando logo em seguida a resolução.

Terceirização

No mesmo dia, Clairton participou de reunião com a Agepoljus para tratar do ato 9/2014 do Superior Tribunal de Justiça, que colocou em extinção mais de 200 cargos de técnico judiciário, especialidade segurança, direcionando a atividade para a terceirização. As entidades discutiram ações estratégicas imediatas contra a portaria, abrangendo as vias política, administrativa e judicial.

Na opinião de Clairton, a portaria “representa um ataque frontal à carreira, configurando um desejo daquela administração em abrir as portas para a terceirização, o que coloca todas as demais carreiras em risco, principalmente aquelas cujo acesso é garantido por concurso público”.



Diretor Clairton (2º a partir da E) em reunião sobre terceirização

Fenajufe cobra resposta a reivindicações... ... no STF

A Fenajufe cobrou do STF a efetiva instalação de mesa de negociação, assunto que já havia sido tratado com o presidente do Supremo, ministro Joaquim Barbosa. Este havia dado seu aval, mas até o momento não encaminhou nada nesse sentido. Essa e outras cobranças, como a resposta aos itens da pauta de reivindicações da categoria, foram feitas pela Fenajufe, no dia 17/2, em reunião com o diretor-geral do STF, Miguel Fonseca, e outros membros da administração no dia 17/2.

A Fenajufe apresentou um roteiro com os objetivos da mesa, composição, regulamentação, prazo e outros aspectos, além dos pontos prioritários a serem discutidos. O coordenador Adilson Rodrigues reforçou a necessidade de formação de uma comissão paritária. Adilson ponderou que os poderes Executivo e Legislativo vêm formulando e encaminhando políticas de valorização para seus servidores com mesa de negociação instalada para esse fim. Entretanto, o Judiciário está devendo a instalação de mesa de negociação e a efetiva atuação para fazer valer sua autonomia e independência para organizar suas carreiras e fixar políticas de remuneração para servidores e magistrados, conforme assegurado na Constituição Federal.

... e no STJ

Em audiência dia 20/2, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), os coordenadores da Fenajufe Adilson Rodrigues e Saulo Arcangeli foram recebidos pelo diretor-geral do STJ, Mauricio Carvalho, pelo coordenador de Gestão de Pessoas, Leonardo Peixoto de Melo, e pela secretária-geral do Conselho da Justiça Federal (CJF), Eva Maria Bastos. O presidente do conselho, ministro Félix Fischer, informou a dois dias da data agendada que não poderia receber a direção da Fenajufe.

Um dos assuntos tratados foi o reenquadramento, que pode ser conferido na página 3. Sobre reajuste dos auxílios alimentação e creche em 5,9%, retroativos a janeiro, fixados pelo STF, os dirigentes da Fenajufe cobraram agilidade no encaminhamento. Eles insistiram que é preciso garantir a unificação dos benefícios em todo o Judiciário, conforme já vem sendo praticado desde fins de 2011, restando pendente apenas a unificação do auxílio-saúde, prevista para acontecer até 2015.

Sobre a criação de uma comissão para discutir a carreira única no STJ, os representantes da federação colocaram sua contrariedade e insistiram na necessidade de discutir uma carreira única no âmbito do Judiciário. Para eles, esse tipo de divisão fragiliza o Judiciário e sua prestação jurisdicional.

Decisão contempla diferenças do período de maio de 2008 a dezembro de 2011

Vitória: Sintrajufe obtém decisão favorável em ação de equiparação do auxílio-alimentação

A juíza federal titular da 5ª Vara da Subseção Judiciária de Porto Alegre, Ingrid Schroder Sliwka, reconheceu a procedência da ação ordinária 5020367-94.2013.404.7100, do Sintrajufe/RS, com a equiparação dos valores recebidos a título de auxílio-alimentação com os valores pagos pelos tribunais superiores, referente ao período entre maio de 2008 a dezembro de 2011, condenando a União ao pagamento das diferenças. Da decisão,

ainda cabe recurso.

Conforme resoluções dos conselhos superiores, os valores do auxílio-alimentação dos servidores dos conselhos e tribunais superiores foi majorado, sem que o mesmo ocorresse para os demais servidores do Judiciário Federal. Somente em 2011 o Conselho Nacional de Justiça unificou os valores pagos, sem qualquer efeito retroativo. Assim, de 1º/4/08 a 5/12/11, os servidores do quadro efetivo das justiças

Trabalhista, Federal e Eleitoral receberam, injustamente, valores menores do que os servidores do STF, do STJ, do STM, do CNJ e do TJDF.

Antes do ajuizamento da ação, o Sintrajufe/RS havia encaminhado requerimentos administrativos aos tribunais regionais, que foram rejeitados devido à inexistência de norma autorizadora para o pagamento das diferenças.

Fenajufe quer valores de auxílios equiparados ao STF

A Fenajufe protocolou, dia 28/2, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Superior Tribunal Militar (STM), no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no Tribunal Superior do Trabalho (TST), no Conselho da Justiça Federal (CJF), no

Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), requerimentos para que esses órgãos reajustem imediatamente os valores do auxílio-alimentação e da assistência pré-escolar com efeitos financeiros a partir de

1º/1/14, tendo em vista os novos valores estabelecidos no STF. Um dos fundamentos do pedido é a portaria conjunta 5, de 5/12/11, subscrita pelos presidentes do CNJ, dos tribunais superiores, do CJF, do CSJT e do Tribunal de Justiça do Dis-

trito Federal e Territórios, unificando os valores *per capita* do auxílio-alimentação e da assistência pré-escolar no âmbito do Poder Judiciário da União. Além desse, o requerimento apresenta diversos outros argumentos que fundamentam o pedido.

TRT encaminha novo anteprojeto para criação de varas e cargos

O Órgão Especial do TRT4 aprovou, dia 14/2, o encaminhamento de anteprojeto de lei para a criação de 7 varas do Trabalho, 7 cargos de juiz titular, 16 cargos de juiz substituto, 233 cargos de analista judiciário (área judiciária), 37 cargos de oficial de justiça, 24 cargos em comissão e 165 funções comissionadas.

O texto precisa ser apreciado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Para ser transformado em lei, deverá passar pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pela Câmara dos Deputados, pelo Senado e por sanção presidencial. A nova proposta substitui outros três

A categoria não foi ouvida em relação ao anteprojeto.

anteprojeto da 4ª Região que foram devolvidos pelo CNJ para que o tribunal os adequasse à resolução 184/13 do mesmo conselho.

Falta de diálogo

A criação de varas e cargos é importante, pois a insuficiência do quadro de servidores e de estrutura são alguns dos maiores problemas no Judiciário Federal.

Entretanto, é preocupante que, no anteprojeto encaminhado pelo TRT, não conste qualquer previsão para criação de novos cargos de técnico, o que aponta para a elitização do Judiciário e para a extinção dos cargos de nível médio. Por outro lado, dá grande peso à criação de FCs.

Embora a direção do Sintrajufe/RS tenha se colocado à disposição para colaborar com a administração para buscar a criação de novas varas e cargos, não houve diálogo do TRT em relação ao anteprojeto. Democracia nas relações de trabalho se faz com diálogo; do contrário, é apenas retórica.

MOVIMENTO

CURTAS

Garis exigem dignidade

Os garis da cidade do Rio de Janeiro entraram em greve no Carnaval. Eles, que geralmente trabalham enquanto milhares se divertem e sujam a cidade, cruzaram os braços exigindo aumento salarial, pagamento de horas-extras e reajuste do auxílio-refeição, entre outras reivindicações. A Comlurb fez uma proposta, aceita pelo sindicato, de passar o piso de R\$ 802 para R\$ 874, mais 40% de adicional de insalubridade. A maioria da categoria, no entanto, rejeitou a proposta, já que pede um piso salarial de R\$ 1.200. O governo de Eduardo Paes (PMDB) enviou carta de demissão a 300 trabalhadores e disse que só voltaria atrás se os garis retornassem ao trabalho. Até o fechamento desta edição, a greve estava mantida.

'AI-5' contra os protestos

O governo Dilma (PT) vai encaminhar ao Congresso, em março, o projeto de lei para regulamentar manifestações populares. A informação foi dada pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Ele disse que a proposta será apresentada em regime de urgência constitucional e que não limitará a liberdade de expressão. O projeto prevê o endurecimento das penas aplicadas a delitos em protestos, como os que tomaram as ruas nas Jornadas de Junho de 2013, tornando-as maiores que algumas das penas aplicadas a casos de corrupção. Com medo de que o povo acabe com a farsa do show da Copa, o projeto prevê a proibição do uso de máscaras e a necessidade de prévia comunicação de atos ou reuniões públicas. Como nos tempos da ditadura.

Charge



8 de março: lugar de mulher é na luta!



No país da Copa, morrem 15 mulheres por dia! A cada 2 minutos, uma mulher é espancada em nosso país, e a maioria dessas vítimas são mulheres negras. Em 2012, mais de 50 mil estupros foram registrados, sendo as mulheres lésbicas alvo dos "estupros coletivos". De norte a sul do país, os serviços de proteção às mulheres vítimas de violência são precários e não atendem à demanda.

No país da Copa, mais de R\$ 30 bilhões em recursos públicos são gastos com a Fifa e os empresários, mas as mulheres vivem com medo e são agredidas. É um absurdo que apenas R\$ 25 milhões sejam investidos para proteger as mulheres e combater a violência. Os estádios são "padrão Fifa", mas a vida das mulheres é colocada de escanteio. Por isso, assim como as Jornadas de Junho marcaram a retomada das lutas populares, queremos que o dia 8 de março impulse ainda mais as lutas pelos direitos das mulheres.

O Movimento Mulheres em Luta (MML) definiu para 2014 a construção de uma grande campanha nacional contra a violência às mulheres, a ser construída na base das escolas, dos bairros, dos locais de trabalho. Parte fundamental dessa campanha, lançada em 25 de novembro de 2013, Dia Internacional de Luta contra a Violência às Mulheres, é a luta por investimento em medidas que protejam as mulheres e combatam a violência. Neste 8 de março, nossa campanha ganha força. Lugar de mulher é na luta!

Movimento Mulheres em Luta

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores e não refletem, necessariamente, o ponto de vista da direção do Sintrajufe/RS.

Sindicato dos Artistas e Casa do Artista já marcaram atividades para este ano

Sintrajufe reúne-se com entidades da área cultural e debate pautas comuns

Representantes do Sindicato dos Artistas e Técnicos de Espetáculos e Diversões do RS (Sated) e da Casa do Artista reuniram-se, dia 12/2, na sede do Sintrajufe/RS, com os diretores José Paulo Barros e Paulinho Oliveira. Estavam presentes a presidente e o secretário-geral do Sated, Rosa Campos Velho e Fábio Cunha, e o presidente da Casa, Luciano Fernandes. O encontro teve como objetivo discutir parcerias e apoios entre as entidades.

Verbas para a cultura

Com o Sated, foi debatida a viabilidade de o Sintrajufe/RS apoiar iniciativas da arte local e de estabelecer um convênio que propicie aos sindicalizados descontos em ingressos de peças de teatro e outros espetáculos. Os dirigentes conversaram, ainda, sobre a possibilidade de as entidades atuarem conjuntamente em outras atividades.

Há pontos de convergência

Leandro Dóro / Especial



Diretores Paulinho e Barros (D) recebem entidades

entre as categorias, como busca de verbas para a cultura e de melhoria dos serviços públicos. Essas reivindicações, assim como as dos servidores, por melhores condições de trabalho e salário, esbarram no mesmo argumento por parte do governo: falta de verbas.

Por esse motivo, uma auditoria da dívida pública é vista como fundamental, concordaram os dirigentes sindicais. Os gastos da União com a dívida engolem mais de 40% do or-

çamento, enquanto para a cultura são alocados apenas 0,05%.

Casa do Artista

Fernandes falou sobre a Casa do Artista. O local necessita de doações e atualmente conta com dez moradores. “São pessoas que se dedicaram totalmente à arte e, quase no ocaso da vida, se depararam com uma realidade dura, percebendo que quase não possuíam direitos”, disse Paulinho.

O Sintrajufe/RS já tem programado um Balaio Cultu-

ral com apresentação de artistas moradores da Casa, em junho. Além disso, não está descartada a realização de uma campanha de arrecadação de gêneros alimentícios e outros de necessidade dos moradores. A categoria já mostrou, nas campanhas do agasalho, do Papai Noel dos Correios e outras, o quanto é solidária e atende aos chamados sempre que solicitada, ressaltou Paulinho.

Para o diretor, a reunião mostrou que muitas parcerias, não apenas de apoios, mas de mobilização com pautas comuns, podem ser feitas com categorias para além dos servidores do Judiciário. “Temos pautas comuns e vamos buscar esse diálogo, pois todos queremos transparência no uso do dinheiro público, valorização dos servidores e do serviço público, mais gastos com saúde, educação, cultura e a auditoria desta dívida que só enriquece banqueiros”, disse Paulinho.

Com boa participação da categoria, T-Liga é o nome escolhido para o informativo

Em 25 dias, foram registrados 1.084 votos na enquete promovida pelo Sintrajufe/RS para escolha do nome do boletim do sindicato. Com 40% dos votos, o nome vencedor foi *T-Liga*. O tradicional nome do informativo, criado há anos pela colega Rosane Ávila de Oliveira, do TRF, e desde então utilizado no principal veículo de comunicação do Sin-

trajufe/RS, foi novamente o escolhido pela categoria. A colega receberá um presente especial do sindicato, como forma de reconhecimento.

Em segundo lugar, com 31% dos votos, ficou o nome *Peleia* e, em terceiro lugar, com 19%, *Alerta*.

Democracia

O sindicato havia divulgado cinco nomes para es-

colha, em um processo em busca da construção de um sindicato cada vez mais representativo e democrático. Considerando o apelo de vários colegas que, nas redes sociais e junto à Ouvidoria do Sintrajufe/RS, manifestaram o desejo de poder opinar pela manutenção do nome *T-Liga*, e tendo presente o espírito de protagonismo coletivo que deve

permear as relações sindicais – afinal, são os servidores os verdadeiros donos do sindicato, e não sua diretoria – a enquete foi reiniciada, com a inclusão do nome ‘*T-Liga*’ entre as alternativas de voto.

No Sintrajufe/RS, é a categoria quem decide. Para a direção, é fundamental a democracia de base, respeitando a vontade da categoria e atendendo aos seus anseios.

Happy Hour consagra novo tipo de confraternização na categoria

Em duas edições, dias 30/1 e 20/2, o Happy Hour do Sintrajufe/RS trouxe um novo tipo de confraternização para categoria. A ideia era convidar os colegas a sair do trabalho, vir ao sindicato, descontraír, ouvir música, tomar um chope gelado a preço especial, comer uns petiscos e se divertir. E deu muito certo.

Na primeira edição, apesar da chuva forte, os colegas marcaram presença no Salão Multicultural Alê Junqueira. Embalados pelo som do rock acústico da banda Álcool 70, consumiram os 80 litros de chope artesanal Coruja disponíveis.

Carnaval

O Happy Hour abrindo

o salão. A compositora Delma Gonçalves falando sobre a história do Carnaval em Porto Alegre. Acompanhados por um grupo de músicos, Elisabete Alvares cantou famosas marchinhas, e o cantor e compositor Dodô Mancil foi muito aplaudido ao entoar sambas-enredo. Os passistas Helen Leal e Di Trindade e uma portante-estandarte da Acadêmicos da Orgia completaram a apresentação.

Ao final do show, os passistas misturaram-se ao público, incentivando todos a dançarem. O espaço que não estava ocupado pelas mesas foi transformado em uma pista de dança para o grito de Carnaval do Sintrajufe/RS.

Willians Barros / Arquivo Sintrajufe



Na primeira edição, servidores dançaram ao som do rock

Rosane Vargas



Em fevereiro, Happy Hour abriu alas para o Carnaval

Balaio Cultural do Mês da Mulher

No dia 28/3, o Sintrajufe/RS realiza, no Salão Multicultural Alê Junqueira, às 19h,

Balaio Cultural em homenagem ao Mês da Mulher. Na programação, a esquete teatral

Confesso que Capitu, de Elisa Lucas, e show musical de Sandra Reis. A entrada é franca.

11 de março

17h – Assembleia de base do TRE Duque.

Reunião Nacional dos Federais. Em Brasília

12 de março

19h – A dívida pública em debate: saiba o que ela tem a ver com sua vida. Debate com Maria Lucia Fattorelli. Na Escola Técnica Getúlio Vargas, em Rio Grande

13 de março

15h – Reunião do Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sintrajufe/RS. Na sede do sindicato

18h30 – O sistema da dívida e o endividamento dos estados.

Debate com Maria Lucia Fattorelli. No Salão Multicultural Alê Junqueira do Sintrajufe/RS

14 de março

10h – Reunião do Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sintrajufe/RS. Na sede do sindicato

15h – Reunião do Núcleo de Oficiais de Justiça do Sintrajufe/RS. Na sede do sindicato

19h – Reunião do GT Estadual de Carreira. Na sede do sindicato

15 de março

9h – Reunião do Conselho Geral do Sintrajufe/RS. No Salão Multicultural Alê Junqueira do Sintrajufe/RS

14h – Assembleia geral. No Salão Multicultural Alê Junqueira do Sintrajufe/RS

Reunião dos coletivos de Agentes de Segurança e Oficiais de Justiça da Fenajufe. Em Brasília

17 de março

10h – Reunião do Fórum Gaúcho de SPFs. Na Ufrgs

17 a 21 de março

Panfletagem do Fórum Gaúcho de SPFs em várias categorias

18 de março

19h30 – Reunião aberta da Secretaria de Formação, Cultura e Lazer do Sintrajufe/RS. Na sede do sindicato

19 de março

Dia Nacional de Mobilização, com ato em Brasília

Plenária do Fórum Nacional de Servidores. Em Brasília

20 de março

Reunião ampliada da Fenajufe. Em Brasília

22 de março

Reunião do GT Nacional de Carreira. Em Brasília

27 de março

Quintativa do Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sintrajufe/RS. Local a definir

29 de março

Encontro Nacional dos Servidores da JE. Em Brasília